



## COMUNICADO

### Despedimento no Hospital Litoral Alentejano

Nos últimos anos temos assistido a uma verdadeira debandada de médicos das regiões periféricas do país para os grandes centros urbanos. Esta realidade associada às reformas antecipadas tem feito com que os hospitais ditos periféricos lidem com grandes carências de médicos, em especial dos mais diferenciados.

Esta situação agrava-se ainda mais quando a média de idades dos médicos é muito elevada com uma expectável taxa de aposentação elevada criando no futuro ainda mais dificuldades na colocação e manutenção dos médicos nestas zonas periféricas. A percepção da gravidade da situação esteve aliás na base da proposta de lei de incentivos do Governo e Assembleia da República para essas regiões carenciadas.

Não obstante tudo isso, há Conselhos de Administrações que insistem em criar ambientes de trabalho ameaçadores, e de verdadeiro assédio moral que fazem com que os médicos queiram sair do seu local de trabalho.

É o que se passa na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA) e seu actual conselho de administração que desde que tomou posse tem sido protagonista de perseguições sem precedentes, tomando medidas sem fundamento jurídico com o aparente objetivo de denegrir a imagem de vários trabalhadores médicos, alguns dos quais deixaram de encarar a hipótese de ficarem no Hospital.

Essas atitudes culminaram com o despedimento de um cirurgião com um currículo exemplar, grande capacidade de trabalho, actividade de formação de internos da especialidade contratado para esta unidade de saúde através de concurso público há mais de 3 anos.

O actual conselho de administração, contrariando também aqui os esforços do anterior conselho de administração, parece empenhado em aumentar a precariedade dos cuidados prestados e a necessidade de recurso às empresas da prestação de serviços ao invés de manter os actuais e cativar futuros especialistas.

**O Sindicato Independente dos Médicos - SIM, perante esta tentativa de ataque a um Hospital e a um Serviço já altamente carenciado, vem denunciar publicamente esta situação inusitada causada pelo seu conselho de administração, e irá exigir à ARS do Alentejo e ao Ministro da Saúde a reposição da legalidade.**

Lisboa, 12 de Dezembro de 2016

O Secretariado Nacional

